

# Sociedade de risco e modernidade reflexiva: desafios e oportunidades na perspectiva de Ulrich Beck

Risk society and reflexive modernity: challenges and opportunities in Ulrich Beck's perspective

Wanderson Dutra Gresele<sup>1</sup>, Hayla Cunha Messias<sup>2</sup>, Altevir Signor<sup>3</sup>

Como citar esse artigo. GRESELE, W. D.; MESSIAS, H. C.; SIGNOR, A. Sociedade de risco e modernidade reflexiva: desafios e oportunidades na perspectiva de Ulrich Beck. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 15, n. 3, p. 365-373, set./dez. 2024.

## Resumo

A modernidade gerou uma série de desafios e oportunidades que exigem uma nova compreensão dos problemas sociais. Em 1986, Ulrich Beck publicou "Sociedade de Risco", oferecendo uma nova perspectiva sobre esses desafios. Este trabalho visa compreender os princípios fundamentais da obra Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade, de autoria de Ulrich Beck, buscando destacar as ideias essenciais que fornecem perspectivas e insights para a compreensão social. Beck aborda os riscos modernos como intrínsecos ao próprio progresso e destaca uma transformação nos fundamentos da modernidade industrial. Observa que os eixos da família e do emprego, bem como a crença na ciência e no progresso, estão começando a cambalear. Esta mudança resulta no surgimento de novas oportunidades e riscos, delineando os contornos da sociedade de risco. A obra de Beck, portanto, é crucial para entender como a modernidade reflexiva redefine nossa abordagem aos riscos e às incertezas, no mundo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Modernidade; Sociedade; Risco; Desenvolvimento; Beck.



## Abstract

**Nota da Editora.** Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Modernity has generated a series of challenges and opportunities that require a new understanding of social problems. In 1986, Ulrich Beck published "Risk Society," offering a new perspective on these challenges. This paper aims to understand the fundamental principles of the work "Risk Society: Towards a New Modernity" by Ulrich Beck, seeking to highlight the essential ideas that provide perspectives and insights for social understanding. Beck addresses modern risks as intrinsic to progress itself and emphasizes a transformation in the foundations of industrial modernity. He notes that the pillars of family and employment, as well as the belief in science and progress, are beginning to falter. This shift results in the emergence of new opportunities and risks, outlining the contours of the risk society. Beck's work, therefore, is crucial to understanding how reflexive modernity redefines our approach to risks and uncertainties in the contemporary world.

**Keywords:** Modernity; Society; Risk; Development; Beck.

## Introdução

No final do século XX, o mundo enfrentou uma série de desafios que nortearam uma nova compreensão dos nossos desafios globais. Desastres ambientais, como o acidente nuclear de Chernobyl e o desastre químico de Bhopal em 1984, crises econômicas marcantes, como o *crash* do mercado de ações, a crise do petróleo, questões de saúde pública, como a emergência global da AIDS, da tecnologia e a era da informação evidenciaram a extensão, a gravidade dos riscos associados ao desenvolvimento tecnológico

Afiliação dos autores:

<sup>1</sup>Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Nove de Julho. Professor do Curso Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

<sup>2</sup>Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

<sup>3</sup>Doutor em Zootecnia - Área de Nutrição e Alimentação Animal pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

E-mail de correspondência: wanderson.gresele@hotmail.com

Recebido em: 16/08/2023. Aceito em: 31/10/2024.

e industrial descontrolado, bem como, expuseram a vulnerabilidade dos sistemas financeiros globais e a interdependência das economias nacionais, inclusive a necessidade de cooperação internacional, diante das pandemias, que não respeitam fronteiras, levantando preocupações acerca dos riscos informacionais, em uma sociedade cada vez mais conectada.

Junto com o avanço social, ou como defendido em algumas “rodas de conversa”, o progresso e o desenvolvimento trouxeram novos sinais de alerta para a sociedade mundial. Este cenário foi palco para a percepção de um novo paradigma, que busca entender as transformações sociais, políticas e ambientais nas sociedades avançadas, no qual provocou uma mudança significativa na forma como pensamos os riscos e as incertezas introduzidos pelo progresso tecnológico e industrial. O fundamento desta transição para uma “nova modernidade”, expõe os riscos modernos como fato típico do próprio progresso, uma categoria estruturante, na qual se exige um novo enfoque para a gestão e a governança.

A publicação de “Sociedade de Risco” em 1986, de Ulrich Beck<sup>1</sup>, foi a esse encontro, explorando a ideia de que vivemos em uma era, cujos riscos criados são inerentes à modernidade, e como desastres ambientais, crises financeiras e ameaças tecnológicas tornam-se centrais para a organização social e política. A obra desafia as noções tradicionais de segurança e controle, propondo que as respostas a esses riscos, exigem novas formas de governança e responsabilidade política.

Essa literatura, logo no prefácio, trouxe a perspectiva prospectiva empiricamente orientada, que explora a ideia de que estamos<sup>2</sup> vivenciando uma ruptura significativa dentro da modernidade, marcando uma transição da sociedade industrial clássica para uma nova forma de organização social, que o autor chama de “sociedade (industrial) de risco”.

Neste contexto, o autor sugere uma mudança nos riscos e desafios enfrentados pela sociedade, refletindo uma transformação nas estruturas e dinâmicas sociais fundamentais e sobre a incapacidade das sociedades modernas, de se protegerem contra seus perigos, por que eles permeiam todas as barreiras, eliminando as zonas de proteção tradicionais e introduzindo um novo tipo de risco global, os quais revelam a fragilidade das estruturas sociais e políticas, inadequadas para gerenciar ou mitigar tais riscos universais.

Nesta conjuntura, a narrativa tecida pelo autor descreve a nova realidade da sociedade moderna que, diferentemente do passado, agora enfrenta riscos e perigos, os quais não respeitam fronteiras geográficas ou sociais, sensibilizando sobre como as ameaças da tecnologia e outros perigos modernos afetam a todos globalmente, abolindo as distinções tradicionais entre “nós” e os “outros”, desafiando as capacidades de proteção e isolamento das sociedades.

Diante desse quadro, Beck (2011) enfatiza a necessidade de repensar e reestruturar as abordagens políticas e sociais para lidar com essa nova era de riscos globais e incontroláveis, que suprimem todas as zonas de proteção e todas as diferenciações da modernidade. Isso porque somos “uma civilização que ameaça a si mesma” (Beck, 2011, p. 12).

Sendo assim, buscamos responder com o presente trabalho o seguinte problema “Como se apresentam os princípios e ideias da obra “Sociedade de risco: rumo a outra modernidade” de Ulrich Beck?”. Sob este prisma, buscou-se trazer uma compreensão dos princípios gerais presentes na obra, identificando as ideias essenciais que fornecem perspectivas e *insights* à compreensão social.

A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho se deu por meio da leitura e análise da obra, consubstanciada pelos fundamentos conceituais em reconhecimento ao conteúdo e valor desta literatura

1 Ulrich Beck (1944–2015), sociólogo alemão, conhecido por seus trabalhos sobre a modernidade e a globalização. Formou-se em Sociologia, Filosofia e Ciências Políticas pela Universidade de Munique e lecionou em diversas universidades, incluindo a *London School of Economics*. Seu livro mais influente, *Sociedade de Risco: Rumo a uma Outra Modernidade*, publicado originalmente em 1986, tornou-se uma referência central nos estudos sobre a modernidade tardia, explorando como a industrialização transformou as formas de risco e incerteza na sociedade contemporânea.

2 Ao escrevermos em primeira pessoa do plural, buscamos enfatizar que a produção acadêmica é fruto de um esforço coletivo. Este trabalho foi estruturado dentro de um contexto sócio-histórico, conforme destacado por Faria (2009). Além disso, considerando a trajetória de pesquisa dos autores, a utilização da primeira pessoa (no singular ou no plural) é adotada para evitar o uso da voz passiva e a ambiguidade, tornando o texto mais claro e direto, conforme recomendado pela 7ª edição do Manual de Publicação da APA, seção 4.16. (APA, 2020)

(Severino, 2013), cujos princípios provocam reflexões acerca dos riscos globais e seus impactos relativos às temáticas: de gênero, da família, da individualização, do trabalho e em torno da ciência e a verdade, sobretudo, da responsabilidade civil e do desenvolvimento técnico-econômico e política.

### A sociedade de risco de Ulrich Beck<sup>3</sup>

O livro "Risk Society: Towards a New Modernity", traduzido no Brasil como Sociedade de Risco: Rumo a Outra Modernidade em 2011, é organizado em três seções. Na **primeira parte**, o autor apresenta os fundamentos a respeito da distribuição de riqueza, tradicional na sociedade moderna, e a sociedade de risco. Inicia-se com a seguinte explicação:

Na modernidade tardia, a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos. Consequentemente, aos problemas e conflitos distributivos da sociedade da escassez sobrepõem-se os problemas e conflitos surgidos a partir da produção, definição e distribuição de riscos científico-tecnologicamente produzidos. (Beck, 2011, p. 23)

Na "sociedade industrial", tem-se o olhar sobre a distribuição desigual, porém legitimada da riqueza, que se conecta com o novo paradigma da sociedade de risco. Nesta sociedade de risco pairam dúvidas sobre o modo de gerenciar ameaças e riscos que surgem de forma sistemática durante o estágio avançado de modernização. Enquanto as sociedades industriais se focavam primariamente na produção e distribuição das riquezas, as sociedades modernas avançadas enfrentam desafios únicos relacionados à gestão de riscos, que são consequência dessas atividades industriais e econômicas.

É importante na leitura de Beck depreender que o desenvolvimento econômico e tecnológico traz não só riqueza, contudo, também riscos, os quais frequentemente são invisíveis e intangíveis, como poluição e radiação, que não são diretamente percebidos, no entanto, os seus efeitos são profundamente destrutivos e de longo alcance. Os riscos tornam-se assim uma categoria estruturante para a sociedade moderna.

Diferentemente dos riscos tradicionais, que são locais e visíveis, os riscos modernos são globais, transfronteiriços e, muitas vezes, não respeitam as divisões socioeconômicas tradicionais, tendo a capacidade de afetar a todos, embora de maneira desigual. Se antes de um lado tínhamos "a luta pelo pão de cada dia" (Beck, 2011, p. 24), agora, paralelamente, temos que lidar com "ameaças colaterais" (Beck, 2011, p. 25).

Anteriormente, os riscos eram vistos como aventuras pessoais, não ameaças globais. A palavra "risco" evocava um sentido de ousadia, ao invés da noção de autodestruição potencial da vida na Terra, logo, as ameaças de antes eram percebidas pelos sentidos, como odores ou visões desagradáveis e, constantemente, resultavam de uma falta de tecnologia higiênica.

Em contraste, os perigos atuais, como toxinas em alimentos e riscos nucleares, muitas vezes não são perceptíveis e são resultantes de uma superprodução industrial. Os riscos modernos se distinguem dos antigos, devido ao alcance global e causas relacionadas ao avanço da industrialização, exacerbados pelo próprio progresso industrial.

Com isso, Beck (2011) formulou cinco teses sobre a arquitetura social e a dinâmica política de uma sociedade de risco. De início, argumenta que riscos no desenvolvimento industrial diferem da distribuição de riquezas por serem fundamentalmente invisíveis e sistematicamente danosos, muitas vezes de maneira irreversível. Estes riscos são compreendidos e gerenciados dentro do conhecimento científico e podem ser

3 Esta seção tem como objetivo captar os principais aspectos da obra "Sociedade de Risco: Rumo a Outra Modernidade", publicada no Brasil em 2011. Para evitar repetição no texto, alternamos entre referências explícitas ao autor e o uso apenas do sobrenome Beck, quando apropriado.

manipulados dentro desse campo, formatando-se como um ponto chave em debates sociopolíticos.

Ademais, a distribuição dos riscos gera ameaças sociais que, embora sigam uma lógica distributiva diferente em classes sociais, eventualmente atingem também os responsáveis por sua produção, através de um “efeito bumerangue” (Beck, 2011, p. 27). Desafiando assim, a segurança até dos ricos e poderosos e influenciando políticas internacionais e competências estatais.

Com a expansão e a mercantilização dos riscos, que não apenas se alinham com a lógica capitalista, mas a elevam a um novo patamar, os riscos são vistos como grandes negócios, fonte constante de necessidades insaciáveis, transformando a economia em uma entidade autorreferencial, que se sustenta independentemente da satisfação das necessidades humanas básicas, ou seja, “os riscos civilizatórios são um barril de necessidades sem fundo, interminável, infinito, auto produzível” (Beck, 2011, p. 30).

Enquanto riquezas podem ser possuídas, os riscos são experimentados coletivamente e têm uma atribuição civilizatória, onde o conhecimento e a conscientização sobre eles ganham uma nova importância política, demandando uma análise sociológica profunda sobre o surgimento e a disseminação desse conhecimento.

Por fim, os riscos reconhecidos possuem um elemento político significativo, transformando as questões deste tema. O que altera a dinâmica do planejamento e pode resultar em mudanças significativas no poder e na responsabilidade, com a gestão de catástrofes, potencialmente reestruturando a sociedade. A sociedade de risco é caracterizada por sua natureza potencialmente catastrófica, onde o estado de exceção pode se tornar a norma.

A percepção e a consciência dos riscos são moldadas pelo conhecimento e pela informação disponíveis, influenciados por interesses políticos e econômicos. Beck (2011) sugere que a maneira como os riscos são comunicados e entendidos podem afetar significativamente as políticas públicas e as respostas individuais e coletivas a esses riscos. Logo, o conhecimento sobre riscos é uma forma de poder. Quem controla a informação sobre riscos tem a capacidade de moldar políticas e percepções. Isso torna o campo da ciência e da tecnologia arenas políticas, onde lutas sobre credibilidade e legitimidade do conhecimento são frequentes e significativas.

Dada a natureza transnacional e complexa dos riscos, a sociedade necessita de novas formas de cooperação política e institucional, tanto em níveis nacionais quanto internacionais, visto que entender a lógica da distribuição de riscos é crucial para abordar os problemas fundamentais da modernidade.

Assim, Beck (2011) pede uma revisão das abordagens políticas e econômicas para incluir uma compreensão mais profunda dos riscos associados ao progresso tecnológico e econômico. Destaca que o termo risco apresenta dois sentidos diferentes. O primeiro se aplica a um mundo regido totalmente pelas leis da probabilidade, em que tudo pode ser mensurado e calculado. Além desse sentido, risco pode ser descrito como incertezas não quantificáveis, isto é, riscos que não são mensuráveis. O autor esclarece que, quando se refere à sociedade de risco, fá-lo nesse último sentido.

Ademais, destaca que em oposição à evidência tangível das riquezas, os riscos acabam implicando algo irreal. Num sentido decisivo, eles são simultaneamente reais e irrealis. A verdadeira força social do argumento do risco, reside nas ameaças projetadas no futuro. O núcleo da consciência do risco não está no presente, mas sim no futuro.

O conhecimento sobre riscos é frequentemente produzido dentro de um contexto científico. Contudo, apesar da aparência de objetividade, a produção de conhecimento científico é profundamente influenciada por fatores políticos, econômicos e sociais. Isso pode levar a conflitos sobre o que é considerado ‘verdadeiro’ ou ‘cientificamente válido’.

A natureza incerta e controversa do conhecimento sobre riscos leva a disputas entre grupos de interesse, tais como cientistas, políticos, empresas e sociedade civil, onde essas disputas são na maioria das vezes menos sobre dados concretos e, mais sobre interpretações, valores.

...justamente a inabarcabilidade e o desamparo diante das ameaças que, com sua ampliação, favorecem reações e correntes políticas radicais e fanáticas, que transformam os estereótipos sociais e os grupos por eles atingidos em verdadeiros “para-raios” para as ameaças que se mantêm invisíveis, inacessíveis à ação (Beck, 2011, p. 93).

Nesta sociedade de risco, outras capacidades tornam-se cruciais para a sobrevivência. Nela, adquire peso decisivo a capacidade de antecipar perigos, de suportá-los, de lidar com eles em termos biográficos e políticos. A incerteza sobre os riscos não elimina a ação política, todavia a transforma, exigindo novas estratégias para lidar com a falta de certeza absoluta. Isso inclui a negociação entre diferentes grupos de interesse sobre como os riscos devem ser geridos. Nota-se que uma certa política do risco emerge.

A sociedade, com todos os seus subsistemas, economia, política, família, cultura, justamente na modernidade tardia, deixa de ser concebível como “autônoma em relação à natureza”. Problemas ambientais não são problemas do meio ambiente, mas problemas completamente — na origem e nos resultados — sociais, problemas do ser humano, de sua história, de suas condições de vida, de sua relação com o mundo e com a realidade, de sua constituição econômica, cultural e política. (Beck, 2011, p. 99)

Compreensão política do conhecimento na sociedade de risco é essencial para desenvolver estratégias eficazes de gestão de riscos. Existe uma necessidade de processos mais inclusivos e transparentes na produção e no uso do conhecimento sobre riscos, que garantam que as políticas sejam tanto cientificamente fundadas, quanto socialmente aceitáveis.

A **segunda parte** do livro, organizada em quatro capítulos, aborda dimensões relacionadas à sociedade de risco, como a questão de classe, o indivíduo, o trabalho assalariado e o gênero e a família.

No geral, o autor explora as transformações provocadas pelo processo de modernização e as alterações significativas nos sistemas internos da sociedade industrial. Como cita Beck (2011, p.107): “riscos e inseguranças sociais, biográficas e culturais que rarefizeram e reconverteram a estrutura social imanente da sociedade industrial — classes sociais, formas familiares, posições de gênero, casamento, paternidade, profissão — e a obviedade dos modos de conduzir a vida nela entranhados”.

No que diz respeito à classe e ao estrato (capítulo 3), Beck (2011) pontua que as transformações na sociedade industrial clássica estão desfazendo as linhas claras, que antes eram nitidamente delimitadas, tal como as classes sociais, pois a modernização levou a uma maior mobilidade social e a uma fragmentação das identidades de classe.

As pessoas experimentam uma crescente autonomia em relação às estruturas tradicionais, como a classe. Beck (2011) descreve também a individualização, como uma consequência da modernização, diferente da gaiola de ferro dita por Weber (2004). As trajetórias de vida se tornam menos previsíveis e mais dependentes das escolhas individuais. Este fenômeno é visto como uma característica definidora da sociedade de risco, na qual os padrões de vida e carreira, que se aplicavam às gerações anteriores, já não se sustentam.

Assim, a modernização oferece novas liberdades, mas também impõe novos riscos e responsabilidades individuais. As incertezas relacionadas ao emprego, segurança social e relações pessoais se tornam centrais, exigindo que os indivíduos gerenciem ativamente esses riscos, ao longo de suas vidas.

Às relações de gênero e da família em primeiro contexto, se traduz uma reavaliação das posições tradicionais de homens e mulheres na sociedade. Já no segundo quadro, mais amplamente, Beck (2011) explora as mudanças nas dinâmicas de gênero dentro e fora da família, explorando como essas mudanças afetam as identidades e os papéis sociais de homens e mulheres.

À medida que as práticas sociais evoluem, tanto homens quanto mulheres começam a questionar

e a reformular seus papéis, o que pode levar a uma redefinição de normas e expectativas de gênero. A transformação nas relações de gênero, introduz novos riscos e oportunidades. Por exemplo, a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho alterou as dinâmicas familiares e econômicas, trazendo desafios ao equilíbrio do trabalho, vida e distribuição de responsabilidades domésticas.

Pontua-se também, que as instituições relacionadas ao casamento estão se transformando. As expectativas sobre casamento, coabitação e parentalidade estão mudando, desafiando os modelos tradicionais e criando formatos de relacionamentos e arranjos familiares.

No que tange à individualização, o autor demarcou que as condições de vida e os modelos biográficos são transformados pelo processo de individualização, que é influenciado por fatores socioeconômicos e culturais. A individualização é vista como uma consequência direta da modernização reflexiva, marcada pelo questionamento e reavaliação contínua das práticas sociais, instituições e conhecimentos, que transforma a experiência, em uma série de escolhas e decisões que devem ser gerenciadas pelo próprio indivíduo, sem a mesma rede de segurança que caracterizava a sociedade industrial.

A individualização não é apenas uma mudança na consciência e na identidade das pessoas, mas uma transformação formal e de categoria nas relações entre indivíduo e sociedade, levando a novas formas de socialização e controle. A mudança é tão radical que as antigas categorias de análise social, como classe e estratificação, tornam-se insuficientes para entender as novas dinâmicas sociais.

Para o autor, o trabalho, assim como a família, e a profissão perderam, por sua vez, suas antigas garantias e funções tutelares, junto com a profissão, as pessoas perdem o “sustentáculo interno da conduta da vida, surgido com a era industrial” (Beck, 2011, p. 205). Para Beck (2011) a modernização tem diluído as formas tradicionais de emprego, um trabalho assalariado tradicional, padronizado, com arranjos que não se encaixam nos modelos anteriores, onde se tinha um mercado de trabalho com modelo padronizado de pleno emprego, agora um sistema caracterizado por formas flexíveis e diversas de subemprego.

Mesmo os aumentos nos níveis de Educação não se traduzem necessariamente em melhores oportunidades de emprego, criando uma geração com Educação melhor, mas subutilizada. Para o autor, a Educação por si só, não pode ser uma ferramenta de mobilidade social, destacando como a ela muitas vezes reproduz as desigualdades existentes, em vez de neutralizá-la.

Na **última parte** do livro, denominado Modernização reflexiva: sobre a generalização da ciência e da política, inicialmente, Beck (2011) busca guiar o leitor na compreensão das duas partes iniciais do livro, onde a modernização reflexiva é discutida sob duas perspectivas principais: a distribuição de riscos e o teorema da individualização.

O processo de individualização, visto como um efeito da modernização promovida pelo Estado de Bem-Estar Social, que desfaz as formas de vida tradicionais da sociedade industrial, incluindo classes sociais, a família e padrões de trabalho, revela uma contradição fundamental da sociedade industrial, pois as “formas tradicionais de controle do medo e da insegurança em ambientes sociomoraes, bem como em famílias, no casamento e em papéis masculinos e femininos, fracassam” (Beck, 2011, p. 231).

Na distribuição dos riscos, o autor explora como a reflexividade da modernização afeta a produção de riqueza e de riscos. Conforme a modernização dissolve os fundamentos tradicionais, enfraquece a visão que subordinava a gestão de riscos à lógica de distribuição de riquezas.

Na sociedade de risco não é apenas a gestão ou a escala dos riscos que importam, mas a mudança radical das condições sociais que acompanha a cientificização e a visibilidade dos riscos. Este fenômeno resulta no desaparecimento das fronteiras entre natureza e sociedade, transformando danos ambientais em sociais, políticos, econômicos e culturais. Logo, os riscos se globalizam e se descolam das estruturas de desigualdade tradicionais, desencadeando uma nova dinâmica de conflitos que transcende as antigas categorias de produção, classe e subsistemas sociais.

Assim afirma Beck (2011, p.232) que a

... diferença entre sociedade industrial e sociedade do risco não coincide, portanto, com a diferença entre a “lógica” da produção e distribuição de riqueza e a “lógica” da produção e distribuição de riscos, resultando antes do fato de que a relação de prioridade se inverte. O conceito de sociedade industrial pressupõe o predomínio da “lógica da riqueza” e sustenta a compatibilidade da distribuição de riscos, enquanto o conceito de sociedade de risco sustenta à incompatibilidade da distribuição de riqueza e de riscos e à concorrência entre suas “lógicas”.

O autor desenvolve então sua análise em duas direções. De um lado, com o princípio da *specializabilidade* (p. 233), ou seja, da ideia de que o conhecimento científico e a ação política delimitáveis e monopolizáveis, que se reflete significativamente nos sistemas e instituições sociais projetados para tal, ou seja, o “sistema científico” e o “sistema político”.

Do outro lado, a modernização reflexiva carrega indistincões marcantes entre ciência e política, onde o monopólio do conhecimento e da capacidade de transformação se diversifica e se desloca para além dos espaços tradicionalmente designados, adquirindo um caráter mais generalizado. Em suma, os riscos surgidos atualmente se distinguem de todos os anteriores, por conta de seu alcance em termos de transformação social e por sua peculiar constituição científica.

No que se refere à ciência e à verdade, Beck (2011) destaca o desenvolvimento técnico científico contraditório e historicamente inédito, onde os riscos se fundam em sua simultânea construção científica e social, tendo a ciência como causa, definidora e fonte de soluções. Sob esse argumento, o autor explora quatro teses.

A primeira tese abarca dois momentos, uma chamada de cientificização simples, diz que a evolução da ciência passa por duas fases de desenvolvimento, a primeira que procura compreender o mundo pré-existente da natureza, do homem e da sociedade, sem aplicar intensivamente a dúvida científica sobre si mesma; e a segunda, denominada fase reflexiva, onde a ciência confronta suas próprias criações e limitações, ampliando a aplicação da dúvida científica para incluir não apenas seus métodos, mas também seus efeitos sobre a sociedade e o ambiente, onde ela se questiona, passando a ser vista tanto como soluções quanto como fontes de novos problemas, particularmente à medida que os riscos associados ao progresso técnico-científico se tornam mais evidentes.

A segunda fase é consequência: trata do fim do monopólio, onde a ciência se torna mais necessária, ao mesmo tempo, cada vez menos suficiente para a definição socialmente vinculante de verdade, pois a complexidade crescente dos resultados científicos, muitas vezes condicionais e descontextualizados, torna difícil sustentar a validade de descobertas através de métodos tradicionais de verificação. Logo a insegurança se espalha para além da esfera científica, envolvendo políticos, economistas e o público, como coprodutores ativos na definição do conhecimento, que se tornam capazes de manejar ativamente diversas interpretações científicas, não apenas escolhendo entre elas, mas também as reconfigurando para seus propósitos.

A terceira tese é chamada pelo autor de cientificização reflexiva. Por um lado, oferece a oportunidade de uma emancipação prática através da ciência, permitindo aos usuários uma nova capacidade de influenciar a produção e aplicação do conhecimento científico; de outro, também possibilita que interesses particulares e ideologias prevaleçam sobre as pretensões científicas, abrindo caminho para a politização e até, a feudalização da prática científica.

Logo, na quarta tese, Beck (2011) sugere a origem da “sociedade de tabus”. À medida que a cientificação progride e as situações de perigo se tornam mais evidentes na consciência pública, aumenta o risco de que a civilização técnico-científica evolua para uma inalterabilidade, ou seja, certas áreas e condições, antes vistas como passíveis de mudança, começam a ser sistematicamente excluídas de debates sobre transformação, devido a “pressões objetivas”, “forças sistêmicas” e “dinâmicas específicas”. Assim, as ciências enfrentam uma mudança de função, pois não podem mais adotar, exclusivamente,

uma postura de “quebrar tabus”, mas também se veem na posição de criá-los ou reificá-los. Isso faz com que a função social das ciências oscile entre promover novas possibilidades e restringir ações, gerando expectativas contraditórias, que levam a conflitos e divisões.

Por fim, para Beck (2011, p. 238) a “suposição é a seguinte: “pressões objetivas” e “efeitos latentes”, assumidos como a “dinâmica interna” da evolução técnico-científica, são por sua vez fabricados e, portanto: anulável por definição”. O fundamental para o autor reside no tipo de ciência que está sendo praticada, especialmente quanto à previsão e seus efeitos colaterais imprevisíveis.

A questão é se a superespecialização, que tende a gerar efeitos colaterais, persistirá ou se uma abordagem de especialização mais contextual poderá prevalecer em que a capacidade de aprender com os efeitos práticos será recuperada, evitando as irreversibilidades baseadas na suposição da infalibilidade, que impedem o aprendizado a partir dos erros. Para o autor, é importante refletir se os tratamentos dos sintomas dos riscos da modernização poderão ser substituídos pela eliminação de suas causas, se os tabus em torno dos riscos “autoinfligidos” serão cientificamente desafiados ou perpetuados, e se riscos e ameaças serão interpretados de maneira metódica e objetiva ou minimizados e encobertos.

O último capítulo trata do desenvolvimento técnico-econômico e política, no contexto, essas circunstâncias são marcadas pela impossibilidade de imputar externamente as situações de perigo, as quais as fontes de perigos, já não são mais o desconhecimento, e sim o conhecimento; não mais uma dominação deficiente, mas sim, uma dominação aperfeiçoada da natureza, não mais o que escapa ao controle humano, justamente o sistema de decisões e coerções objetivas estabelecido com a era industrial.

A modernidade adotou o papel de sua rival, o *modus operandi* que precisa ser superada, mas também da força que excede, ou seja, ela representa tanto uma ameaça quanto a promessa de libertação da ameaça que ela própria cria. Beck (2011, p.275) aponta que “os riscos se tornam o catalisador da autopolitização da modernidade na sociedade industrial. Com eles, o conceito, o local e os meios da política são transformados.”

Assim, neste capítulo final são explorados diferentes aspectos da interação entre a modernização, tecnologia e política, destacando que, com a modernidade reflexiva, a governança e os processos democráticos estão mudando, abrindo espaço para novas compreensões.

Uma nova compreensão destacada é o conceito de subpolítica. Um domínio onde o controle e a transformação social ocorrem fora dos canais tradicionais e envolvem atores não estatais, ou seja, deslocando o poder de decisão das instituições governamentais para esferas tecnológicas e econômicas. Com a subpolítica, a eficácia do sistema político tradicional diminui à medida que os riscos sociais e tecnológicos crescem e se tornam mais complexos, pois o sistema político está menos equipado para lidar com os desafios impostos pela modernização reflexiva.

Como exemplo, Beck (2011) ilustra como a medicina, área altamente técnica e especializada, torna-se um campo de subpolítica, cujas decisões técnicas têm vastas implicações sociais e éticas, muitas vezes escapando ao controle democrático tradicional. Como também em empresas, nas quais a busca por eficiência e lucratividade, as leva a adotar tecnologias que geram impactos sociais; onde os desafios de formular políticas eficazes, em uma era onde a tecnologia avança mais rapidamente, do que a capacidade das instituições políticas de regulá-la, geram uma brecha de governança, que podem minar a autoridade política tradicional ao empoderar novos atores e redes, na subpolítica.

No geral, a obra “Sociedade de risco” de Ulrich Beck apresenta a ideia central de que, na modernidade tardia, a produção social de riqueza está sistematicamente acompanhada pela produção social de riscos. A sociedade de risco difere da sociedade industrial clássica porque, além da distribuição de riqueza, enfrenta problemas e conflitos gerados pela produção e distribuição de riscos científicos e tecnologicamente produzidos, caracterizados por serem globais, invisíveis e transfronteiriços, afetando a todos, embora de maneira desigual.

A gestão e a percepção dos riscos modernos são moldadas pelo conhecimento científico, que

também pode ser politizado. Beck argumenta que a modernidade reflexiva redefine nossa abordagem aos riscos e exige novas formas de compreensão do social. A sociedade de risco desafia a visão tradicional, propondo que os riscos modernos exigem uma revisão das abordagens políticas e econômicas, além de uma nova compreensão dos riscos associados ao progresso tecnológico e econômico.

## Considerações finais

Em meio às transformações, é salutar a compreensão de um novo paradigma que procura decifrar as mudanças sociais, políticas e ambientais nas sociedades avançadas. Uma mudança de perspectiva redefine como concebemos os riscos e incertezas introduzidos pelo avanço tecnológico e industrial, fundamentando a transição para uma “nova modernidade”. Onde os riscos modernos são vistos como intrínsecos ao próprio progresso e se tornam uma categoria estruturante da sociedade, demandando abordagens renovadas para sua gestão e governança.

Na obra desenvolvida por Beck, é importante compreendermos que o modelo de sociedade moderna, os seus elementos fundantes, como classes sociais, família, trabalho, ciência, progresso e democracia, são fragilizados e suspensos pela modernidade reflexiva, resultado do sucesso da modernização da sociedade.

Em outras palavras, em Beck, paradoxalmente, as inquietações resultam do sucesso dessas modernizações, que agora ocorrem contra as estruturas da sociedade industrial. Quando esta enfrenta uma transformação de seus fundamentos, exigindo uma revisão de sua imagem e a sua estrutura revela uma contradição entre o conteúdo universal da modernidade e suas instituições seletivas, o que causa instabilidade. Processo esse que liberta as pessoas das formas de vida da era socioindustrial, gerando turbulências que são parte da sociedade de risco.

Por fim, destacamos que a obra de Ulrich Beck instiga profundamente um novo modo de examinar as complexidades do mundo moderno. Ao redefinir o risco como fundamento estruturante, o autor compreende os riscos e responsabilidades em um mundo globalizado, onde os perigos transcendem fronteiras geopolíticas, exigindo uma nova forma de responsabilidade coletiva. Temas como individualização, política transnacional, subpolítica, relação entre ciência e sociedade, e ética da coexistência não apenas desafiam nosso entendimento das estruturas sociais e políticas, mas também incentivam abordagens inovadoras para os problemas da modernidade reflexiva.

## Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

## Referências

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Publication manual of the American Psychological Association**. 7. ed. Washington, DC: American Psychological Association, 2020.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade?** Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011. Inclui uma entrevista inédita com o autor.

FARIA, José H. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. Cadernos **EBAPE.BR**, v. 7, n. 3, p. 8, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013. 1,0 MB; e-PUB. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5562413/mod\\_resource/content/1/Metodologia-Do-Trabalho-Cientifico-23%C2%AA-Edicao-Severino-EBOOK-Escolhido.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5562413/mod_resource/content/1/Metodologia-Do-Trabalho-Cientifico-23%C2%AA-Edicao-Severino-EBOOK-Escolhido.pdf). Acesso em: 03 jun. 2023.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de H. P. Martins. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.